ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR
09/11/2011

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e onze, às catorze horas e trinta minutos e cinco, na sala de reuniões da Reitoria do **Instituto Federal do Rio de Janeiro**, teve início a reunião extraordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Fernando Cesar Pimentel Gusmão. O Presidente contou com a presença dos (as) senhores (as) Conselheiros (as): Caetano Moraes (Representante Titular FIRJAN), Zelma Fabri Marão (Representante Titular FECOMERCIO), José Airton Monteiro (Representante Titular Diretor-Geral), Paulo Chagas (Representante Titular Diretor-Geral), Sheila Pressentin Cardoso (Representante Titular Diretor-Geral), Eudes Pereira Souza Júnior (Representante Titular Docente), Francisco da Silva Esteves (Representante Titular Docente), Marcos de Castro Pena (Representante Titular Docente), Rafael Barreto Almada (Representante Suplente Docente), Dário Kunzler Pereira da Silva (Representante Titular Técnico-administrativo), Carlos Heráclio Marques (Representante Titular Técnico-administrativo), Hélio Marques Filho (Representante Titular Técnico-administrativo), Bruno Campos dos Santos (Representante Titular Discente) e Geisler Vanil Alves da Silva (Representante Titular Discente). O Presidente iniciou a reunião, explicando que se tratava de uma reunião extraordinária com apenas um ponto de pauta acerca das ações afirmativas para o curso de graduação do IFRJ. Esclareceu que a proposta foi discutida no Conselho Acadêmico de Graduação - CAEG, e que será apresentada para discussão e avaliação, para posterior deliberação do CS, e encaminhamento da posição do IFRJ ao MEC. A Profª Mônica Romitelli iniciou a apresentação justificando que na reunião do Conselho Superior, realizada no último dia 19 de outubro, foi aprovada a adoção de política afirmativa no Ensino de Graduação. Relembrou que o CAEG, em sua 19º reunião, havia sugerido a adoção de bônus de 20% nas notas dos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, excluídos os colégios federais, universitários, militares e de aplicação. Esclarece, ainda, que diante da solicitação do Conselho Superior de que fosse realizado um estudo de impacto do bônus proposto pelo CAEG, foi estabelecida uma metodologia, que tomou como base um dos cursos de licenciatura ofertados pelo IFRJ, levando em conta os dados dos relatórios do Sistema de Seleção Unificada – SiSU. Após a consolidação do estudo pela Prograd, a matéria foi reenviada para apreciação do CAEG, que em reunião extraordinária reafirmou sua opção pelo bônus, revendo a porcentagem a ser adotada para 5%. Destacou que o CAEG entende que o bônus, realmente, alavanca a nota dos candidatos de escola pública que não tiveram a mesma oportunidade daqueles oriundos de escolas particulares e escolas públicas federais de ensino médio, constituindo-se em efetiva política afirmativa. Profa Mônica Romitelli explicou que a Ata dessa reunião do CAEG foi remetida ao CS, para subsidiar a reunião de hoje, tendo sido revisada pelos conselheiros, mesmo sem aprovação formal. A seguir, apresentou a metodologia utilizada para a elaboração do estudo, detalhando-a. Mostrou que foram utilizados os dados reais dos candidatos que realizaram matrícula no IFRJ, convocados nas três etapas do SiSU. Nesse público, observou-se um percentual de 15% de candidatos oriundos de escolas públicas, conforme dados cadastrais do sistema acadêmico. Explicou, ainda, que como não dispunha dos dados reais de origem escolar dos demais candidatos da Lista de Espera, optou por simular a existência de 15% de candidatos oriundos de escola pública nessa população. Após essa definição, aplicou o bônus de 5%, 10% e 20% na nota dos candidatos escolhidos aleatoriamente, que posteriormente foram reclassificados com a nota bonificada. O percentual de estudantes oriundos de escola pública foi recalculado, alcançando 30%, 43,8% e 56,3%, respectivamente. Com base nesse estudo, o CAEG reformulou sua proposta, passando de um bônus de 20%, para 5%. Destacou, ainda, que o CAEG incluiu em sua pauta o tema políticas de permanência, por considerar a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos existentes, citando os programas de monitoria e o Programa de Assistência Estudantil, bem como ampliar a atuação das CoTPs no ensino de graduação. Apesar de a proposta original ter sido formulada pela Prograd, na forma de cota de

40% de vagas para estudantes oriundos de escola pública, Profª Mônica Romitelli manifestou sua concordância com a proposta formulada pelo CAEG, após ter passado pelo debate aprofundado, ocorrido nesse conselho. Relata que o argumento determinante para sua mudança de opinião foi proferido por um dos conselheiros do CAEG, que defendeu que a cota seria um mecanismo confortável para o gestor, por tratar-se de um indicador fixo; mas, que o tema diz respeito à inclusão, e não conforto. Finalizando sua exposição, defendeu que, apesar das incertezas que o bônus pode trazer, o IFRJ deve se preparar para receber esses estudantes, consolidando as políticas de permanência, seja pelo sistema de monitoria, seja por iniciativas de apoio à distância para as disciplinas presenciais ou por alternativas que possam promover a melhoria dos indicadores, diminuindo a retenção de fluxo e aumentando a eficácia dos cursos. O Presidente questionou se havia uma proposta concreta, a ser defendida. Profª Mônica reafirmou que o CAEG propõe o bônus de 5 %, tal como apresentado anteriormente. O Presidente abriu inscrições. O Conselheiro Francisco Esteves questionou a estatística e a amostragem utilizada, restrita a um ano, e apontou suas fragilidades, argumentando que a opção pelo intervalo regular na escolha dos candidatos que receberiam o bônus não considerou que, provavelmente, esses estudantes oriundos de escola pública estariam concentrados na parte final da Lista de Espera. Defendeu, ainda, que não se trata de comodidade do gestor, mas que o estabelecimento de cota é um mecanismo transparente; que permite que a sociedade conheça o percentual adotado pela Instituição. Profª Mônica Romitelli esclareceu que dispõe dos percentuais médios de estudantes oriundos de escola pública nos cursos de graduação do IFRJ, referentes aos anos de 2010 e 2011, correspondentes à 32% e 35%, respectivamente. Solicitou que os conselheiros observassem que as notas dos candidatos são muito próximas, diminuindo lentamente, o que permitiu instituir um critério de escolha do candidato para simular o bônus. O Conselheiro Paulo Chagas disse que o que chama a atenção não é somente a entrada dos alunos, mas a questão da evasão. Defende que deveriam ser realizados estudos de permanência e aproveitamento acadêmico dos estudantes, correlacionando com a sua origem escolar, para subsidiar a tomada de decisão. Profª Monica Romitelli esclarece que o atual sistema acadêmico não permite a coleta desses dados e não emite relatórios fidedignos, impedindo que estudos de aproveitamento acadêmico de um determinado grupo de estudantes seja realizado. O Conselheiro Marcos Pena lembrou que já foi aprovada pelo ConSup a adoção das ações afirmativas para os cursos de graduação e que, diante disso, a Pró-Reitoria de Graduação deverá contar com os recursos de informática para realizar seus estudos de acompanhamento dos estudantes que ingressarem pela ação afirmativa, visando aferir sua eficácia e eficiência. Solicita registrar que, por orientação do Conselho Superior, a Pró-Reitoria deverá adotar um sistema estatístico de acompanhamento dos egressos, a partir da adoção da política. Argumentou que, juridicamente, quando comparado bônus e cota, esta última apresenta uma razoabilidade maior, sendo que o bônus é atribuído para o indivíduo, com base em sua origem e a cota é uma política de classe. Aponta a fragilidade do bônus, argumentando que o próprio CAEG reformulou sua proposta diante do estudo de impacto, modificando de 20 para 5%. Corrobora a posição do conselheiro Francisco, dizendo que a cota permite clareza na definição de política, e defendeu a adoção de 40% de cota para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escola pública. O Conselheiro José Airton questiona o fato de restringir a discussão de cota para estudantes de escola pública, argumentando que na zona oeste há poucas escolas públicas de ensino médio, mas que existe um grande número escolas particulares que cobram pouco, de maneira que os alunos carentes da região, que se valem dessas escolas, seriam excluídos do processo. O Conselheiro Caetano Moraes relata a experiência vivenciada na UFRJ como professor e aponta problemas na estatística apresentada, argumentando que a mesma não reflete a realidade, pois os estudantes da escola pública não seriam atendidos pelo bônus de 5%. Defende que a cota é transparente e constitui-se em uma

política afirmativa, que mostra o desejo de incluir a escola pública na composição do Instituto. Concorda com a cota de 40% e o ingresso de alunos que cursaram integralmente o ensino médio em qualquer escola pública. A Conselheira Sheila Pressentin destaca a necessidade de a ação afirmativa apresentar certa regularidade, preocupando-se com a variação que o bônus pode apresentar de um ano para o outro, além de concordar com a clareza da cota. Questiona como se dá a opção do candidato no SiSU, no momento de definir se utilizará a política afirmativa. Profª Mônica Romitelli esclarece que ele pode optar pela política ou pela ampla concorrência. A conselheira Sheila Pressentin prossegue sua fala e defende que essa política deva ser mantida por pelo menos três a quatro anos para permitir o acompanhamento. Para a Conselheira incomoda a sugestão do CAEG acerca da exclusão dos alunos da rede federal e dos CAPs porque em municípios pequenos, com poucas escolas públicas, este fato acarretaria na exclusão de grande parte dos discentes. Além disso, destaca o perfil socioeconômico dos estudantes de escola pública, que em sua maioria apresentam dificuldades dessa natureza. O Conselheiro Bruno Campos concordou com a Conselheira Sheila Pressentin. O Conselheiro Caetano Moraes corrobora com as afirmações anteriores e defende que deve ser instituído que o candidato tenha cursado integralmente o ensino em escola pública e perguntou o que fazer se não forem preenchidos os 40%. Profª Mônica Romitelli esclareceu que as vagas seriam preenchidas pela ampla concorrência e destacou que a Lista de Espera, enviada pelo MEC, costuma classificar os candidatos sem considerar cota ou bônus, mas que há um indicativo que para o ano de 2012 essa dificuldade técnica estará solucionada. O Conselheiro Eudes Júnior questionou sobre os prazos e procedimentos para a adesão e foi esclarecido que a data limite é o dia 11 de novembro. Diante disso, afirmou que o problema é complexo e polêmico. Concordou com o a posição da Conselheira Sheila Pressentin. Desaprovou a metodologia utilizada, sugerindo que seja utilizado desvio padrão, ao invés de média. Argumenta que se houver concordância com a CAEG, os estudantes das escolas federais ficarão de fora e haverá conflito com os posicionamentos apresentados até o momento no ConSup; mas, entende que a não concordância com o CAEG será polêmica. O Conselheiro Eudes Junior defende que seja tomada uma posição, mas sugere que sejam realizados estudos mais aprofundados e estatisticamente corretos, e que seja feita uma interlocução com o CAEG. Sugere que a votação seja dividida em partes. Afirma que a cota é mais justa, mas aponta que todas as Instituições de Ensino realizam estudos estatísticos falhos, o que dificulta a tomada de decisão. Profª Mônica Romitelli esclarece que a adesão ao SiSU é semestral, sendo assim, o CAEG terá condição de reavaliar o processo a cada semestre, sugerindo inclusive que possa haver o adiamento da adesão à política afirmativa, o que não foi aceito pelos presentes. O Presidente disse que o mapa apresentado impossibilita a tomada de decisão e que não gostaria que o prazo para a aprovação das políticas adotadas fosse inimigo, acarretando em decisões erradas. Recomenda que o estudo seja continuado, para fundamentar futuras decisões. O Conselheiro Paulo Chagas defende a inclusão dos candidatos oriundos de escolas públicas federais e colégios de aplicação. O Conselheiro Marcos Pena disse que o Conselho tem elementos suficientes para que as políticas fossem votadas nesta reunião. Destaca que as Instituições de Ensino brasileiras tem adotado políticas e que o IFRJ necessita se posicionar nesse cenário, mesmo diante de incertezas. Defende que se tome como referência a proposta inicial da Prograd apresentada ao CAEG, pois foi baseada em estudos. O Conselheiro Francisco Esteves disse que o Conselho não está contra o CAEG e propôs que o estudo continue, pois o bônus é ainda desconhecido. Defende que é necessário tomar uma decisão de forma amadurecida e que não se deve excluir os estudantes das escolas públicas federais. Propõe, diante do exposto, que seja votada a proposta de 40% de cota. A Conselheira Sheila destaca que essa discussão não se esgotará, que sempre haverá novos dados a serem considerados, mas é necessário tomar uma posição. O Conselheiro Eudes Junior propõe a votação em blocos, que foi aceita. O Presidente ressaltou

que esse debate deverá ser continuado. A Profª Mônica Romitelli reafirmou as dificuldades encontradas para a elaboração do estudo, que incluem a impossibilidade de contar com dados fidedignos do sistema acadêmico, bem como a falta de informações dos candidatos advindos do SiSU. Solicitou apoio para superar os problemas apontados. O Conselheiro José Airton solicitou destaque à ata, para que a discussão sobre cota socioeconômica seja continuada, oportunamente, o que foi aceito. O Conselheiro Francisco Esteves solicitou destaque à ata para que o CAEG dê continuidade aos estudos, incluindo o viés socioeconômico, sendo acompanhado pelo Conselheiro Eudes Júnior. O Presidente iniciou a votação em blocos: 1º) escolha entre o bônus de 5% na nota ou cota de 40% de vagas, 2º) inclusão de todas as escolas públicas ou exclusão de escolas públicas federais e colégios de aplicação, 3º) com relação ao período de permanência dos estudantes do ensino médio em escolas públicas: sem exigência de número específico de anos de estudo em escola pública ou ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública. Em regime de votação, ficou deliberado o seguinte: 1º) 1 voto a favor do bônus e ampla maioria dos votos em favor da cota de 40%; O Conselheiro Eudes Junior solicitou marcação de voto, declarando que foi um dos que pediu adiamento da decisão e que votou com a base. Dando continuidade à votação: 2º) inclusão, por unanimidade, de todas as escolas públicas de ensino; 3º) aprovação, por unanimidade, da exigência do candidato ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública. Conselheiro Eudes Júnior solicitou registrar que o tema seja rediscutido em um ano. O Presidente propôs a inclusão de um estatístico na equipe da Prograd, para colaborar com os estudos de acompanhamento da política. Em assuntos gerais o Conselheiro Marcos Pena pediu uma moção de desagravo em favor do Conselheiro Luiz Edmundo. O Presidente sugeriu ao Conselheiro que elaborasse a minuta da referida moção e apresentasse na reunião seguinte. O Conselheiro Carlos Heráclio disse que se surpreendeu com a DGP por não acatar a resolução do ConSup sobre a progressão por salto. O Presidente disse que vai procurar apurar os fatos. O Conselheiro Eudes Júnior informou a pedido do Pró-reitor marcos Tadeu que a discussão sobre Carga horária Docente voltaria para comissão responsável, pediu ainda para acelerar o estudo acerca da retenção de alunos. O Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 17h e 20 minutos, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Simone Corrêa, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente Ata, que seguirá assinada por mim e pelo Presidente.